



Câmara Municipal de Castanheira de Pera

ACTA N° 2/2003

Data da reunião ordinária: 30-01-2003

Início da reunião: 10:00 horas

Términus da reunião: 12:30 horas

A respectiva ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa à presente acta.

Membros da Câmara Municipal de Castanheira de Pera que comparecem à reunião:

Presidente: Pedro Manuel Barjona de Tomaz Henriques

Vereadores:

Fernando José Pires Lopes
Bebiano Antunes Rosinha
Dr. Nuno José Mendes Teixeira Correia
António Alves Henriques

Outras Pessoas:

Responsável pela elaboração da acta:

Nome: Dr^a. Maria Isabel da Silva Spínola

Cargo: Técnica Superior de 2ª Classe

Faltas justificadas:

Faltas por justificar:

Resumo diário da Tesouraria: 29-01-2003

Operações Orçamentais: 209.866,58

Operações de Tesouraria: 60.331,60

ABERTURA

-----Aos trinta dias do mês de Janeiro de dois mil e três, nesta vila de Castanheira de Pera e sala de reuniões sita no edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal de Castanheira de Pera, sob a Presidência do Senhor Pedro Manuel Barjona de Tomaz Henriques e a presença dos Vereadores Senhores Dr. Nuno José Mendes Teixeira Correia, Fernando José Pires Lopes, Bebiano Antunes Rosinha e António Alves Henriques.-----
-----Pelas dez horas foi considerada aberta a reunião.-----

PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA-----

-----Sob proposta do Senhor Presidente, foi unanimemente aceite incluir na ordem do dia os seguintes assuntos:-----

- Empréstimo de curto prazo;-----
- Designação de Júri e Comissão para a realização de despesas públicas com locação e aquisição de bens e serviços;-----
- Nomeação das Comissões de Abertura e de Análise das propostas para os concursos de empreitadas de obras públicas;-----
- Substituição de membro da Fiscalização - Ratificação;-----
- Habitação Social;-----
- Casas em ruínas (demolição);-----
- 2ª Alteração Orçamental;-----
- Associação República Goscinnirix.-----

-----Também sob proposta do Senhor Presidente, foi unanimemente aceite retirar da agenda da reunião os seguintes pontos:-----

- Execuções Fiscais;-----
- Regulamentos;-----
- Representação do Município.-----

INTERVENÇÃO DO VEREADOR DR. NUNO CORREIA-----

PRIMEIRA-----

-----SAP (Serviço de Atendimento Permanente) CONCELHIO-----
-----O Senhor Vereador Dr. Nuno Correia referiu que, no seguimento do que foi discutido em reunião de 17 de Dezembro de 2002, averiguou junto da A.R.S. do actual horário de funcionamento do SAP, tendo sido informado que o novo sistema, das 14.00 às 20.00 horas, estava em vigor desde 01 de Janeiro de 2003, em virtude da Directora do Centro de Saúde de Castanheira de Pera ter comunicada à A.R.S. que não se justificava o seu prolongamento até às 22.00 horas.-----

-----O Senhor Presidente afirmou que perante esta situação a Câmara terá de reagir, de imediato, reassumindo a posição anteriormente tomada.-----

INTERVENÇÃO DO VEREADOR DR. NUNO CORREIA-----

SEGUNDA-----

-----Tendo chegado ao seu conhecimento que a circulação no caminho de terra batida existente ao cimo do Bairro da Colina foi interrompida por diversas vezes, solicita esclarecimentos sobre a situação.-----

-----O Senhor Presidente informou que, apesar dos autores daquele acto se terem arrogado da propriedade daquele terreno, o mesmo pertence à Câmara. Esgotadas as tentativas de resolução amigável do problema, terão que ser tomadas as providências necessárias.--

INTERVENÇÃO DO VEREADOR DR. NUNO CORREIA-----

TERCEIRA-----

-----LIXOS INDUSTRIAIS-----
-----Pedi esclarecimentos sobre a questão dos lixos industriais e adiantou que, em sua opinião, a Câmara poderia celebrar protocolos com os industriais, participando na resolução do problema, no sentido de minimizar os custos das empresas.-----

-----O Senhor Presidente retorquiu que é princípio assente que a responsabilidade pelo tratamento dos lixos industriais cabe a quem os produz. Uma eventual minimização de custos implicaria a necessária participação da Câmara, que não dispõe de meios humanos nem financeiros para o efeito. Por outro lado, as empresas têm ao seu dispor diversos meios para, por si, procederem ao tratamento do lixo que produzem, designadamente contratarem com a "ERSUC - Resíduos Sólidos do Centro, S.A." que oferece várias modalidades de serviço nesta área.-----

-----As soluções apresentadas não prejudicam, contudo, que, no âmbito da PEFICA - Associação de Municípios, se averiguem os procedimentos adoptados nos concelhos vizinhos.-----

INTERVENÇÃO DO VEREADOR DR. NUNO CORREIA-----

QUARTA-----

-----ÁREAS METROPOLITANAS-----

-----Estando na ordem do dia o debate sobre a criação de novas áreas metropolitanas, o Vereador Dr. Nuno Correia entende ser oportuno que a Câmara e Assembleia Municipais equacionem a questão.-----

-----O Senhor Presidente informou que, não sendo o assunto alheio ao executivo, o processo padece de um grave vício de forma já que a adesão de cada município não depende da sua vontade exclusiva, mas sim das posições assumidas pelas autarquias limítrofes.-----

INTERVENÇÃO DO VEREADOR ANTÓNIO ALVES-----

-----COLOCAÇÃO DE SINAL DE TRÂNSITO EM MOITA-----

-----O Senhor Vereador António Alves indagou sobre a colocação do sinal de trânsito já pedido para a Moita.-----

-----O Senhor Presidente informou que se iria averiguar o motivo pelo qual o mesmo ainda não tinha sido colocado.-----

INTERVENÇÃO DO VEREADOR FERNANDO LOPES-----

-----Referindo-se ao pedido apresentado pela Junta de Freguesia do Coentral na última reunião de Câmara, o Senhor Vereador Fernando Lopes informou que, em reunião com o Presidente daquela autarquia foi-lhe transmitido que a mesma já tinha procedido à aquisição do dumper. Mais a Junta de Freguesia efectuou um pagamento inicial de € 9.000 e o restante está a ser pago em prestações mensais de cerca de € 1.250, até ao montante total de €24.000.-----

-----O Senhor Presidente sugeriu que se aguardasse a elaboração de um contrato com aquela Junta de Freguesia, o que foi unanimemente aceite.-----

OBRAS PARTICULARES

-----LAUDELINA DOS SANTOS ADRIANO E MARIA DA ANUNCIAÇÃO DA CONCEIÇÃO S. A. FRANCO E MANUEL DOS SANTOS ADRIANO requerem aprovação do Projecto de Alterações de moradia unifamiliar, sita em Sapateira - Castanheira de Pera.-----

-----Tem parecer favorável do Serviço de Obras e Urbanismo. Deferido.-----

DELIBERAÇÕES TOMADAS POR UNANIMIDADE

PRIMEIRA-----

Reunião de 30 de Janeiro de 2003

-----CONSUMOS DE ÁGUA E TAXAS DE SANEAMENTO-----
-----Presente Relatório sobre os motivos que estiveram na origem dos atrasos verificados nas leituras e cobranças dos consumos de água e taxas de saneamento e propondo duas alternativas para a solução do problema. Deliberado, por unanimidade, optar pela segunda alternativa que consta da redução da periodicidade das cobranças, a qual passará a efectuar-se de 20 em 20 dias e permitirá regularizar a situação até Julho de 2003.-----

SEGUNDA-----

-----RELATÓRIO DA COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM PERIGO-----

-----Presente Relatório da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo referente ao ano civil de 2002, deliberado aprová-lo por unanimidade, de acordo com o estipulado no nº 2, do artigo 32º da Lei nº 147/99, de 01 de Setembro, e remetê-lo à Assembleia Municipal para apreciação.-----

INFORMAÇÕES

-----INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL-----
-----Na sequência da candidatura apresentada em 30-10-2002 ao Instituto para o Desenvolvimento Social, para implementação de uma rede social em Castanheira de Pera, nos termos do Despacho Normativo nº 8/2002, de 12 de Fevereiro, que regulamenta a medida de implementação e consolidação da rede social, informa-se que a mesma foi aprovada e financiada com o valor de € 60.000.-----

DELIBERAÇÕES TOMADAS POR UNANIMIDADE

TERCEIRA-----

-----CENTRO DE INSTRUÇÃO E RECREIO UNIÃO COENTRALENSE-----
-----Presente ofício do Centro de Instrução e Recreio União Coentralense (C.I.R.U.C.) solicitando apoio financeiro para que possam dar continuidade aos projectos que vêm sendo desenvolvidos por aquela colectividade.-----
-----Deliberado solicitar plano de actividades para 2003, a fim de averiguar a pertinência de atribuição de um montante.-----

QUARTA-----

-----COMISSÃO DE FINALISTAS DA ESCOLA SECUNDÁRIA DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS-----

-----No seguimento de deliberação tomada em reunião de 17 de Dezembro de 2002, presente ofício da Comissão de Finalistas da Escola Secundária de Figueiró dos Vinhos, dando resposta aos esclarecimentos solicitados, designadamente quanto ao número de alunos naturais do concelho de Castanheira de Pera e matriculados no 12º ano de escolaridade naquele estabelecimento de ensino, bem como do montante necessário para a realização da viagem que é de 150€/aluno.-----

-----Assim, atendendo a que 23 dos alunos que integram o grupo de finalistas, num total de 50, são deste município, a Câmara Municipal delibera, por unanimidade, conceder um subsídio no montante de € 750,00.-----

QUINTA-----

-----JORNAL "O PRIMEIRO DE JANEIRO" - HÁBITOS DE LEITURA-----
-----Presente proposta do matutino "O Primeiro de Janeiro", dando a conhecer o projecto "Hábitos de Leitura", programa que, face aos parcos hábitos de leitura dos nossos jovens, pretende incentivar a mesma como contributo para o desenvolvimento de uma cidadania activa.-----

-----Face a esta proposta e mediante o pagamento de €120/ano, o matutino propõe-se enviar diariamente dois exemplares para a Escola E.B. 2,3 Dr. Bissaya Barreto, acessíveis a professores e alunos.-----

-----A Câmara Municipal delibera, por unanimidade, aderir ao projecto mediante o pagamento solicitado.-----

SEXTA-----

-----FUN SCIENCE, CIÊNCIA DIVERTIDA - PROTOCOLO-----

-----Presente proposta de protocolo solicitada na seguimento da deliberação tomada em reunião de Câmara do dia 28 de Novembro de 2002, sobre a realização de sessões Fun Science/Ciência Divertida durante o ano lectivo 2002/2003, no âmbito do programa "Ciência Para Todos", que mereceu a aprovação unânime.-----

SÉTIMA-----

-----ENERCENTRO - Agência Regional de Energia e Ambiente-----

-----Na sequência da deliberação tomada em reunião de 08 de Março de 2002, onde foi deliberado subscrever a carta de intenção da Câmara Municipal aderir à ENERCENTRO - Agência Regional de Energia Ambiente, deliberado por unanimidade aprovar os respectivos estatutos, bem como nomear o Senhor Vereador Fernando Lopes, que representará a Câmara Municipal na outorga da Escritura de Constituição.-----

-----Mais se delibera remeter o assunto à Assembleia Municipal para aprovação dos referidos estatutos.-----

OITAVA-----

-----ASSOCIAÇÃO PINHAIS DO ZÊZERE - Plano de Actividades para 2003-----

-----Presente plano de actividades para 2003 da Associação Pinhais do Zêzere que mereceu aprovação unânime. Mais se delibera remeter a assinatura do protocolo com aquela associação para a próxima reunião de câmara-----

NONA-----

-----RECTIFICAÇÃO PARCIAL DE DELIBERAÇÃO-----

-----Na reunião de 12 de Novembro de 2002 foi deliberado por unanimidade proceder à aquisição de um prédio, sito em Moita, propriedade de Francisco Rodrigues, tendo-se referido, por lapso, que a área do prédio em questão era de 350 m2.-----

-----Deliberado, por unanimidade, rectificar a área mencionada, que deverá constar como sendo de 400 m2 e se refere ao prédio inscrito na matriz rústica da freguesia de Castanheira de Pera sob o número 8707.-----

DÉCIMA-----

-----RECTIFICAÇÃO PARCIAL DE DELIBERAÇÃO-----

-----Deliberado, por unanimidade, proceder à seguinte rectificação de deliberação tomada em reunião de 28 de Novembro de 2002: nos locais onde se lê "Construção do Açude/Parque Azul" deverá ler-se "Construção da Praia Fluvial das Rocas".-----

DÉCIMA PRIMEIRA-----

-----RALLYE PRAIA DAS ROCAS-----

-----Presente ofício do Clube Automóvel da Marinha Grande, informando da autorização concedida pela Federação Portuguesa de Automobilismo e Karting (FPAK) para inclusão do Rallye Praia das Rocas/Castanheira de Pera no Trofeu Regional de Rallyes - Centro - 2003, bem como das condições impostas à Câmara Municipal para realização da prova.-----

-----Considerando o interesse que este evento terá na divulgação do Concelho, a Câmara delibera aprovar as condições propostas para a realização do Rallye Praia das Rocas, em Maio de 2003.---

DÉCIMA SEGUNDA-----

-----CONSTITUIÇÃO DE EMPRESA MUNICIPAL - PRAZILÂNDIA, TURISMO E AMBIENTE, E.M.-----

-----A Câmara Municipal delibera, por unanimidade, proceder à constituição de uma empresa pública de âmbito municipal, com um capital social de € 50.000, e aprovar os respectivos estatutos, anexos à presente deliberação e dela fazendo parte integrante.---

-----Mais delibera submeter à Assembleia Municipal, para aprovação, a presente proposta, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 4º da Lei nº58/98, de 18 de Agosto.-----

DÉCIMA TERCEIRA-----

-----FÁBRICA BARROS III-----

-----Presente ofício remetido por Fábrica Barros III, com carimbo de entrada de 23 de Janeiro de 2003. Deliberado encarregar o Senhor Vereador Fernando José Pires Lopes, de conduzir o processo necessário ao apuramento da situação concreta para posterior tomada de decisão.-----

-----O Senhor Presidente da Câmara não participou na votação.-----

DÉCIMA QUARTA-----

-----POSTO DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEL GALP-----

-----Verificada a situação fáctico-jurídica em que se encontra o indicado posto de abastecimento de combustível, a Câmara Municipal delibera estudar a situação tendo em consideração todos os aspectos relevantes, no sentido de encontrar uma solução articulada para posterior deliberação sobre futura retirada ou deslocalização do aludido posto de abastecimento.-----

-----O Senhor Presidente da Câmara não participou na votação, declarando-se impedido no indicado processo, atento ao facto da sua cunhada Ana Maria Barjona Henriques, ter entregue junto da Câmara Municipal, requerimento para cedência de terreno para instalação de serviço auto, encontrando-se em litígio factores relacionados com o indicado pedido.-----

DÉCIMA QUINTA-----

-----PROPOSTA REFORMULADA DE INSTALAÇÃO DE ARMAZENAGEM, REDE DE DISTRIBUIÇÃO E FORNECIMENTO DE GÁS, apresentada pela GALP GÁS----

-----Presente ofício referência UNG-C/S-1329/03, de 14-01-2003. Relativamente à proposta de fornecimento de gás canalizado aos diversos edifícios públicos e administrativos a construir e situados junto à Variante do Troviscal - 1ª Fase (referência UNG-C/S-1331/03, de 14-01-2003), especificamente quanto ao edifício da Praça Amarela e ao CAO, deliberado indeferir o pedido formulado pois, para realização do projecto, verifica-se a necessidade de efectuar trabalhos de construção civil inerentes à instalação em causa, sendo que a fase das obras não permite o aproveitamento das obras de infra-estruturas do local e, conforme consta da proposta apresentada, a GALP não efectua os aludidos trabalhos de construção civil.-----

-----Quanto aos restantes edifícios: Pavilhão, Estádio Municipal, Quartel dos Bombeiros, deliberado solicitar ao Serviço de Obras e Urbanismo a instrução do processo relativo à aludida proposta de fornecimento de gás canalizado tendo por referência o estado actual das obras e o facto de se tratarem de edifícios públicos, para posterior tomada de decisão.-----

DELIBERAÇÕES TOMADAS POR UNANIMIDADE

DÉCIMA SEXTA-----

-----PROPOSTA REFORMULADA DE INSTALAÇÃO DE ARMAZENAGEM, REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE GÁS E FORNECIMENTO DE GÁS, APRESENTADA PELA GALP GÁS-----

-----Presente ofício referência UNG-C/S-1329/03, de 14-01-2003. Relativamente à proposta de instalação de GPL-Propano a Granel ao restaurante em construção junto à Praia Fluvial das Rocas (referência UNG/I/S-1289, de 15-01-2003), deliberado solicitar ao Serviço de Obras e Urbanismo a instrução do processo relativo à aludida proposta de instalação de GPL-Propano a Granel tendo por referência o estado actual das obras e o facto de se tratar de um edifício propriedade da autarquia, de momento sem exploração especificada, para posterior tomada de decisão.-----

DÉCIMA SÉTIMA-----

-----PROPOSTA DE FORNECIMENTO DE GÁS-----

-----Presente ofício remetido por E.C.S. - Energias, Lda., datado de 29 de Janeiro de 2003, relativo ao fornecimento de gás aos 53 lotes para moradias unifamiliares no Loteamento das Piscinas e aos 20 lotes para habitação social confinantes com o mesmo, com previsão para aquecimento futuro e eventual das piscinas municipais.-----

-----Assim, relativamente à proposta para o fornecimento de gás aos 53 lotes para moradias unifamiliares no Loteamento das Piscinas e aos 20 lotes para habitação social confinantes com o mesmo, atento à circunstância da empresa proponente efectuar as obras de construção civil necessárias à implementação do projecto, solicitando apenas o fornecimento de areia ou outro material adequado ao envolvimento da tubagem e eventual reposição de calçadas. Verificado que a obra a executar constitui uma mais-valia para os locais propostos, contribuindo para a melhoria das condições de vida dos seus utilizadores. Verificado que a Câmara Municipal dispõe de local com material adequado ao envolvimento da tubagem, sem custos adicionais. Verificado que o estado actual da obra não implica a reposição de calçada. Verificado que a proposta é vantajosa para o município, delibera a Câmara Municipal aceitar a proposta apresentada, nos termos constantes da mesma, com cedência de utilização, do local para o reservatório e rede de distribuição, tudo nos termos e com as condições constantes da proposta, sem exclusividade, nem responsabilidade em termos de contratação ou outras, devendo os locais a ceder serem fixados por acordo entre as partes. Mais fica deliberado que o projecto deverá ser realizado num prazo máximo de 90 dias, de modo a não colidir com o andamento dos trabalhos nas aludidas empreitadas e não implicar reposição de calçadas e pavimentos, sob pena da presente deliberação ficar sem efeito.-----

-----Quanto à proposta para eventual aquecimento das piscinas municipais, deliberado solicitar ao Serviço de Obras e Urbanismo a instrução do processo relativo à aludida proposta, tendo por referência a localização e o facto de se tratar de um edifício propriedade da autarquia, sem projecto definido em termos de aquecimento e eventual futura forma de exploração, para posterior tomada de decisão.-----

DÉCIMA OITAVA-----

-----VARIANTE DO TROVISCAL - 1ª FASE - SUSPENSÃO DE TRABALHOS-----
-----Presente ofício remetido por Construções Júlio Lopes, S.A..
Deliberado aceitar a suspensão dos trabalhos nos termos
constantes do relatório da fiscalização, cuja cópia fica anexa à
presente acta dando-se aqui por reproduzido para todos os efeitos
legais.-----

DÉCIMA NONA-----

-----VARIANTE MOREDOS - FERVENÇA/VARIANTE MOREDOS AO PONTÃO DOS
ESCONHAIS - SUSPENSÃO DE TRABALHOS-----
-----Presente fax datado de 2002-11-22, remetido por Construções
Júlio Lopes, S.A.. Deliberado aceitar a suspensão parcial dos
trabalhos da indicada empreitada com data retrotraída a 04 de
Março de 2002 e a suspensão total com data retrotraída a 30 de
Setembro de 2002, até que cessem as causas que a determinam, tudo
nos termos e com os fundamentos constantes do relatório da
fiscalização cuja cópia fica anexa à presente acta dando-se aqui
por reproduzido para todos os efeitos legais.-----

VIGÉSIMA-----

-----CIRCULAR NORTE/AVENIDA DA NOTABILIDADE-----
-----Presente ofício do empreiteiro da obra "Circular
Norte/Avenida da Notabilidade", datado de 26 de Novembro de 2002,
solicitando a suspensão dos trabalhos, com data retrotraída a 01
de Outubro de 2002, até que cessem as causas que a determinam.---
-----Deliberado aprovar a suspensão dos trabalhos nos termos e
com os fundamentos constantes do relatório da fiscalização, anexo
à presente deliberação e dela fazendo parte integrante.-----

VIGÉSIMA PRIMEIRA-----

-----EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO-----
-----Em sequência da deliberação de Câmara de 28 de Novembro de
2002 referente à contracção de um empréstimo de curto prazo até
ao valor de € 266.289,00, obtida a autorização da Assembleia
Municipal, foram consultadas, nos termos da Lei, as instituições
de crédito constantes do mapa anexo à presente deliberação.-----
-----Analisadas as propostas, considerou-se como a mais vantajosa
a proposta apresentada pela Caixa Geral de Depósitos. Nestes
termos a Câmara delibera, por unanimidade, celebrar o contrato de
mútuo com a referida instituição.-----

VIGÉSIMA SEGUNDA-----

-----DESIGNAÇÃO DE JÚRI E COMISSÃO PARA A REALIZAÇÃO DE DESPESAS
PÚBLICAS COM LOCAÇÃO E AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS-----
-----A Câmara delibera, por unanimidade, nos termos do
Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de Junho, revogar a nona deliberação
de Câmara tomada na reunião de 29 de Setembro de 1999,
designando, ainda, o Júri e a Comissão responsáveis pelo
procedimento administrativo referente à realização de despesas
públicas com locação e aquisição de bens e serviços, que terá a
seguinte composição:-----

- EFECTIVOS-----

---PRESIDENTE - António José Gama Henriques;-----

---VOGAL - Ana Ferra Cavaca;-----

---VOGAL - João Pedro Pegado;-----

- SUPLENTE-----

---VOGAL - Isabel Spínola;-----

---VOGAL - Fernanda Carvalho.-----

O presidente será substituído, nas faltas e impedimentos, pelo
primeiro vogal efectivo.-----

O Júri e a Comissão designados funcionarão para todos os procedimentos efectuados ao abrigo do diploma acima mencionado.--

VIGÉSIMA TERCEIRA-----

-----NOMEAÇÃO DAS COMISSÕES DE ABERTURA E DE ANÁLISE DAS PROPOSTAS PARA OS CONCURSOS DE EMPREITADAS DE OBRAS PÚBLICAS-----

-----A Câmara delibera, por unanimidade, revogar as deliberações tomadas nas reuniões de 13 de Setembro de 1999, 28 de Julho de 2000 e de 30 de Agosto de 2002.-----

-----Mais delibera, nos termos do artigo 60º do Decreto-Lei nº59/99, de 2 de Março, designar as Comissões de Abertura e de Análise das Propostas responsáveis pelo procedimento administrativo relativo aos concursos de empreitadas de obras públicas, cuja composição será a seguinte:-----

- COMISSÃO DE ABERTURA-----

---MEMBROS EFECTIVOS:-----

-----PRESIDENTE - António José Gama Henriques;-----

-----SECRETÁRIA - Isabel spínola;-----

-----VOGAL - Ana Ferra Cavaca;-----

-----VOGAL - João Pedro Pegado;-----

-----VOGAL - Fernanda Carvalho.-----

---MEMBROS SUPLENTE:-----

-----VOGAL - Bernardina Macedo;-----

-----VOGAL - Victor Silva.-----

- COMISSÃO DE ANÁLISE-----

---MEMBROS EFECTIVOS:-----

-----PRESIDENTE - Fernando José Pires Lopes;-----

-----VOGAL - Paula Teixeira;-----

-----VOGAL - Rui Silva;-----

---MEMBROS SUPLENTE:-----

-----VOGAL - João Pedro Pegado;-----

-----VOGAL - Carla Correia.-----

O presidente será substituído, nas faltas e impedimentos, pelo primeiro vogal efectivo.-----

As Comissões designadas funcionarão para todos os procedimentos efectuados ao abrigo do diploma acima mencionado.-----

VIGÉSIMA QUARTA-----

-----EMPREITADA DE "CONSTRUÇÃO DE BAIRRO SOCIAL COMPOSTO DE 20 MORADIAS A CUSTOS CONTROLADOS E RESPECTIVAS INFRA-ESTRUTURAS"-----

-----Presente ofício remetido por F. Martins - Construções e Obras Públicas, Lda., solicitando a prorrogação do prazo de execução da empreitada. Deliberado aceitar a prorrogação do prazo de execução da empreitada, até 30 de Junho de 2003, com data retrotraída a 30-06-2002. Mais deliberado aprovar o novo plano de trabalhos, tudo nos termos e com os fundamentos constantes do relatório da fiscalização, cuja cópia fica anexa à presente acta dando-se aqui por reproduzido para todos os efeitos legais.-----

VIGÉSIMA QUINTA-----

-----SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO DA FISCALIZAÇÃO - RATIFICAÇÃO-----

-----Presente despacho datado de 27 de Janeiro de 2003, do Senhor Presidente da Câmara, ordenando a substituição do membro da fiscalização do Serviço de Obras e Urbanismo, Engº Rui Jorge Alves, pelo funcionário Jorge Manuel Tomás dos Anjos, em todas as obras em que o indicado engenheiro é membro da fiscalização. Deliberado ratificar a aludida decisão do Senhor Presidente da Câmara, nos termos constantes do despacho cuja cópia fica anexa à presente acta dando-se aqui por reproduzida para todos os efeitos

legais, considerando-a justificada nos termos do disposto no artigo 68º, nº3, da Lei 169/99, de 18 de Setembro.-----

VIGÉSIMA SEXTA-----

-----CASA EM RUÍNA-----

-----Presente relatório da Comissão de Vistorias, datado de 28 de Janeiro de 2003, referente a um prédio urbano, sito na Rua 1º de Maio s/n, em Castanheira de Pera. Verificado que o prédio se encontra em estado iminente de ruína, com fendas visíveis de 2 a 3 cm de espessura nos alçados, tendo a estrutura do telhado já desabado inteiramente, encontrando-se o imóvel apoiado numa argamassa muito pobre e frágil. Verificado que o imóvel confina com arruamento público, ameaçando perigo de ruína total para o indicado arruamento, mais atento às condições climatéricas adversas. Verificado que o estado do imóvel constitui perigo para a saúde e segurança das pessoas. Verificado que, de momento, não foi possível identificar correctamente a identidade e residência dos proprietários do imóvel. Verificado que, embora o imóvel esteja em estado muito degradado, ainda permite o processo relativo à busca da identificação e residência dos proprietários e instrução do processo nos termos normais do Código Procedimento Administrativo, nomeadamente com notificações e prazos para resposta. Delibera a Câmara Municipal notificar os proprietários do imóvel para, no prazo de 10 dias úteis, dizer o que se lhes oferecer ou, no mesmo prazo, proceder à demolição total do imóvel, sob pena da Câmara Municipal ocupar o prédio para o efeito e mandar proceder à sua demolição imediata, com pagamento pelos proprietários das respectivas despesas, tudo nos termos constantes do relatório da vistoria, cuja cópia fica anexa à presente acta dando-se aqui por reproduzido para todos os efeitos legais, e do disposto nos artigos 64º, nº5, alínea c), da Lei 169/99, de 18 de Setembro, artigo 10º e 128º do RGEU e artigo 100º e seguintes do Código Procedimento Administrativo.-----

VIGÉSIMA SÉTIMA-----

-----CASA EM RUÍNA-----

-----Presente relatório da Comissão de Vistorias, datado de 28 de Janeiro de 2003, referente a um prédio urbano sito na Rua Manuel Antunes Cepas, nº 32 e 34, em Castanheira de Pera. Verificado que o prédio se encontra em estado iminente de ruína, com fendas visíveis de 2 a 3 cm de espessura nos alçados, tendo a estrutura do telhado já desabado inteiramente, encontrando-se o imóvel apoiado numa argamassa muito pobre e frágil e a projectar pedras e outros materiais para a via pública. Verificado que o imóvel confina com arruamento público, ameaçando perigo de ruína total para o indicado arruamento, mais atento às condições climatéricas adversas. Verificado que o estado do imóvel constitui perigo para a saúde e segurança das pessoas. Verificado que apenas se conhece a identidade de uma das coproprietárias do imóvel tendo, inclusivamente, a mesma apresentado junto da Câmara Municipal, ofício a manifestar a sua concordância com eventual demolição do imóvel. Verificado que o processo relativo à resolução da situação não se compadece as delongas inerentes à busca da identificação e residência dos demais co-proprietários e instrução do processo nos termos do Código Procedimento Administrativo, nomeadamente com notificações e prazos para resposta. Verificado a inexistência de medidas, ainda que provisórias, capazes de resolver transitoriamente a situação de

modo a ser cumprido com rigor o procedimento normal constante do Código Procediementno Administrativo. Verificado que a situação carece de resolução urgente. Delibera a Câmara Municipal ordenar a demolição imediata do imóvel, seguindo-se os demais procedimentos legais, tudo nos termos constantes do relatório de vistoria, cuja cópia fica anexa à presente acta dando-se aqui por reproduzido para todos os efeitos legais e do disposto nos artigos 10º e 128º do RGEU, 64º, nº5, alínea c) da Lei 169/99, de 18 de Setembro, e 103º, nº1, alíneas a) e b) do Código Procedimento Administrativo.-----

VIGÉSIMA OITAVA-----**-----CASA EM RUÍNA-----**

-----Presente relatório da Comissão de Vistorias, datado de 28 de Janeiro de 2003, referente a um prédio urbano sito em Travessa do Ameal, nº 1, Castanheira de Pera. Verificado que o prédio se encontra em estado iminente de ruína, com fendas visíveis de 2 e 3 cm de espessura nos alçados, tendo a estrutura do telhado já desabado inteiramente, encontrando-se o imóvel apoiado numa argamassa muito pobre e frágil. Verificado que o imóvel confina com arruamento público, ameaçando perigo de ruína total para o indicado arruamento, mais atento às condições climatéricas adversas. Verificado que, de momento, não foi possível identificar correctamente a identidade e resid~encia dos proprietários do imóvel. Verificado que o processo relativo à resolução da situação não se compadece com as delongas inerentes à busca da identificação e residência dos proprietários e instrução do processo nos termos do Código do Procedimento Administrativo, nomeadamente com notificações e prazos para resposta. Verificado a inexistência de medidas, ainda que provisórias, capazes de resolver transitoriamente a situação de modo a ser cumprido com rigor o procedimento normal constante do Código Procedimento Administrativo. Verificado que a situação carece de resolução urgente. Delibera a Câmara Municipal ordenar a demolição imediata do imóvel, seguindo-se os demais procedimentos legais, tudo nos termos constantes do relatório de vistoria cuja cópia fica anexa à presenta acta, dando-se aqui por reproduzido para todos os efeitos legais e do disposto nos artigos 10º e 128º do RGEU, 64º, nº5, alínea c) da Lei 169/99, de 18 de Setembro, e 103º nº1, alíneas a) e b) do Código do Procedimento Administrativo.-----

VIGÉSIMA NONA-----**-----ASSOCIAÇÃO REPÚBLICA GOSCINNIRIX-----**

-----Presentes plano de actividades/2003 da Associação República Goscinnirix e proposta de protocolo a celebrar com aquela associação para atribuição de subsídio durante o corrente ano que mereceu a aprovação unânime.-----

BALANCETE DE TESOURARIA

-----OPERAÇÕES DE TESOURARIA - 60.331,60-----

-----OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS - 209.866,58-----

DELIBERAÇÕES TOMADAS POR UNANIMIDADE**TRIGÉSIMA-----****-----MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO - RATIFICAÇÃO-----**

-----Ao abrigo do Decreto-Lei 54-A/99, de 22 de Fevereiro, a Câmara Municipal delibera ratificar a primeira alteração ao Orçamento, no valor de €51.700, por reforço e anulação.-----

DELIBERAÇÕES TOMADAS POR UNANIMIDADE

TRIGÉSIMA PRIMEIRA-----

-----MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO-----

-----Ao abrigo do Decreto-Lei 54-A/99, de 22 de Fevereiro, a Câmara Municipal delibera aprovar a segunda alteração ao orçamento, no valor de € 73.450, por reforço e anulação.-----

TRIGÉSIMA SEGUNDA-----

-----PAGAMENTOS-----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento dos pagamentos efectuados e autorizados, registados sob os números 1 a 24, 26 a 30, 32 a 49, 54 a 69 e 70 a 119; no valor de € 516.376,16, respeitantes a Despesas Orçamentais e delibera por unanimidade ratificá-los.-----

ENCERRAMENTO

-----E não havendo mais assunto algum a tratar, foi encerrada a reunião eram doze horas e trinta minutos, pelo que de tudo se lavrou a presente acta que foi aprovada em minuta.-----

-----E eu, Maria Isabel da Silva Spínola, minutei, mandei lavrar e subscrevo.-----